

NARRATIVES IN AND OF TRANSLATION

NARRATIVAS NA E DA TRADUÇÃO

Mona Baker

Tradução:

Márcia Moura da Silva (UFRGS)

marciamouras@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4788-1461>

Beatriz Alves Cerveira (Egressa - UFRGS)

cerveirabeatriz@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0001-7657-0726>

ABSTRACT: *This article questions one of the narratives that dominate our disciplinary and professional discourses on translation, namely the narrative of translation as a means of promoting peace, tolerance and understanding through enabling communication and dialogue to take place. It starts with a theoretical overview of the dimensions and some of the main features of narrative, as defined in social theory. Examples of the role played by translation in constructing narratives of peace and tolerance, precisely by ‘enabling’ communication to take place, are then offered. The article ultimately argues that translators and translation scholars must resist the temptation to over-romanticize their role in society and must instead acknowledge the fact that they participate in very decisive ways in promoting and circulating narratives and discourses of various types – some promoting peace, others fuelling conflicts, subjugating entire populations and providing precisely the kind of bridging of language gaps that allow such atrocities to take place.*

KEYWORDS: *translation studies; sicionarrative theory; narratives.*

RESUMO: *O presente artigo contesta uma das narrativas que dominam nossos discursos disciplinares e profissionais sobre tradução, isto é, a narrativa da tradução como um meio de promover paz, tolerância e compreensão ao possibilitar que a comunicação e o diálogo aconteçam. O artigo começa com um panorama teórico de algumas das características principais da narrativa e de suas dimensões a partir de sua definição no campo da teoria social. Em seguida, são trazidos exemplos do papel desempenhado pela tradução na construção de narrativas de paz e tolerância, justamente por “possibilitar” a comunicação. O artigo, por fim,*

argumenta que tradutores e pesquisadores de tradução devem resistir à tentação de romantizar excessivamente seu papel na sociedade e devem, em vez disso, reconhecer o fato de que participam de maneiras decisivas na promoção e circulação de discursos e narrativas de vários tipos — algumas promovem paz, outras incentivam conflitos, subjugam populações, e estabelecem justamente o tipo de ponte entre abismos linguísticos que permite que tais atrocidades ocorram.

PALAVRAS-CHAVE: *estudos da tradução; teoria sicionarrativa; narrativas.*

Geralmente, nossos discursos acadêmicos sobre cultura, linguagem e tradução não são intencionalmente ou abertamente manipulativos. Não é isso que quero argumentar. Mas esses discursos são, provavelmente, decepcionantes em suas tentativas de explicar as políticas da linguagem e da tradução ao retratar um mundo em que mal-entendidos culturais são involuntário se inocentes. Esses mal-entendidos podem ser evitados quando estivermos sensibilizados para as diferenças culturais e tivermos um grupo bem formado de profissionais que podem mediar essas diferentes culturas de maneira responsável e imparcial. Neste artigo, argumentarei mais especificamente que, ao tentar teorizar o lugar dos tradutores dentro das práticas sociais, pesquisadores da tradução têm valorizado o papel do tradutor na sociedade de formas ligeiramente acríticas e irrealistas.

Por fim, meu objetivo é dar ênfase ao papel ativo que a tradução e os tradutores desempenham na mediação de conflitos, especialmente em tempos de comoção política internacional, e também encontrar modelos mais realistas e com mais nuances para a conceitualização desse papel, com base em práticas e comportamentos reais em vez de idealizados.

1 Narrativa(s)

Antes de começar a problematizar uma das narrativas que dominam o discurso sobre tradução, talvez eu deva primeiro oferecer uma definição básica da noção de narrativa, na minha concepção, e ilustrá-la com exemplos de pautas reais em que estamos sobremodo inseridos.

A noção de narrativa tem chamado muita atenção de várias disciplinas e tem sido definida de diversas maneiras. Por exemplo, na sociopragmática e no estudo da literatura, “narrativa” tende a ser tratada como um modo opcional de comunicação — um modo muito poderoso e central para a forma como organizamos nossas vidas, mas, ainda assim, um dentre

vários modos dos quais “escolhemos” usar (por exemplo, narrativa vs. argumentação). Abordagens que tratam a narrativa como um modo opcional de comunicação tendem a focar a estrutura interna (fases, episódios, enredos) das narrativas produzidas oralmente, além de enfatizar as vantagens de se usar a narrativa no lugar de outros modos de comunicação para garantir o envolvimento do público¹. Em contraste, na teoria social, e especialmente nos estudos de Somers (1997) e Somers e Gibson (1994), nos quais escolhi me basear, a narrativa não é concebida como um modo opcional de comunicação, mas como o modo principal e inevitável por meio do qual experimentamos o mundo. Assim, “tudo que sabemos é o resultado de inúmeras histórias que se cruzam e nas quais os atores sociais situam a si mesmos” (SOMERS; GIBSON, 1994, p. 41). Narrativas, nessa perspectiva, são “histórias” públicas e pessoais às quais nos subscrevemos e que guiam nosso comportamento; são histórias que contamos a nós mesmos, não apenas aquelas que explicitamente contamos aos outros sobre o(s) mundo(s) em que vivemos. Dessa forma, uma narrativa, do ponto de vista da teoria social, não está irrevogavelmente ligada a um texto específico, mas sim sustentada por uma ampla gama de textos e discursos, sem necessariamente estar articulada de maneira total ou explícita em qualquer um deles².

Assim, dentro da perspectiva da teoria social, a ênfase em descrever como as narrativas operam e como elas impactam nossas vidas não está em suas composições estruturais nem em suas realizações textuais, mas sim nos (i) tipos ou dimensões de narrativa que mediam nosso “olhar” geral sobre o mundo e (ii) nas características que diferenciam uma narrativa de uma história ou cronologia de eventos. Por fim, como Bruner (1991, p. 5-6) explica, “a questão principal não é a maneira como a narrativa é construída como texto, mas sim a maneira que ela opera sendo um instrumento da mente na construção da realidade”. Do ponto de vista de pesquisadores de tradução e da linguagem no geral, essa é uma limitação grave, que nos convida a suplementar a abordagem narrativa da teoria social com métodos textuais de análise a fim de oferecer uma aplicação produtiva da narratividade no campo dos Estudos da Tradução. Neste artigo, não tentarei especificamente oferecer um modelo textual de análise de narrativas, sendo

¹ “A resposta crítica de nosso público e a demanda por provas para o que se alega ser verdadeiro são deixadas de lado em prol de um envolvimento emotivo na narração.” (GEORGAKOPOULOU, 1997, p. 13).

² Blommaert (2005, p. 74) questiona as abordagens críticas ao discurso, sobretudo a Análise do Discurso Crítica e a Análise da Conversação Crítica, por se concentrarem no texto e no evento imediato em que ele se situa, e argumenta que uma abordagem genuinamente crítica “deve também se preocupar com o poder invisível, hegemônico, estrutural e normalizado que se encontra sedimentado *na* língua, não só *através* da língua” já que “a própria língua é um *objeto* de desigualdade e hegemonia”. Isso se assemelha à questão que trago aqui de que uma análise narrativa não pode se limitar a um só texto ou evento, pois narrativas são configurações amorfas e difusas em vez de ‘histórias’ locais discretas e totalmente articuladas.

esse um desafio que enfrento em outro momento (BAKER, 2006). Em vez disso, trago uma breve discussão de como a noção de narratividade pode ser usada para contestar nossos próprios discursos sobre tradução.

Em primeiro lugar, para fazer jus à visão social a qual recorro aqui, apresentarei os tipos e características da narrativa como consta na área.

2 Tipos de narrativas

Somers e Gibson (1994) fazem uma distinção entre narrativas ontológicas, públicas, conceituais e metanarrativas³. Narrativas ontológicas são histórias pessoais que contamos a nós mesmos sobre nosso lugar no mundo e nosso próprio histórico pessoal⁴. Elas são de natureza interpessoal e social: “narrativas ontológicas podem apenas existir interpessoalmente no decorrer das interações estruturais e sociais ao longo do tempo” (SOMERS; GIBSON, 1994, p. 61), mas continuam focadas no indivíduo e em seu mundo imediato. Narrativas públicas são, como o nome indica, histórias que foram concebidas por e que circulam entre grupos sociais e institucionais maiores que o indivíduo, como a família, as instituições educacionais ou religiosas, os grupos políticos ou ativistas, a mídia e a nação. Somers e Gibson oferecem um exemplo de histórias de narrativas públicas sobre a mobilidade social americana, ou do “homem inglês nascido livre” (SOMERS; GIBSON, 1994, p. 62). Um exemplo mais recente seria o das várias narrativas públicas concorrentes sobre o 11 de setembro de 2001 ou sobre a Guerra do Iraque: quem foi responsável, por qual motivo/quais motivos aconteceu, se poderia ter sido evitada, quantos morreram, se a situação no Iraque está indo bem ou mal, etc.

Como pesquisadoras da teoria social, Somers e Gibson (1994, p. 62) definem as narrativas conceituais como “conceitos e explicações que construímos como pesquisadores [das ciências] sociais” e argumentam que

a narratividade propõe o desafio conceitual de desenvolver um vocabulário social e analítico que possa acomodar as disputas em que a vida social, as organizações sociais, as ações sociais e as identidades sociais são construídas narrativamente, ou seja, construídas de forma temporal e relacional através de narrativas ontológicas e públicas. (SOMERS; GIBSON, 1994, p. 63).

³ A literatura conta com outras tipologias de narrativa; considero a de Somers e Gibson particularmente relevante para meus objetivos.

⁴ Mishler (1995, p. 108) explica que “a construção de uma narrativa pessoal... [é] central para o desenvolvimento de um sentimento do eu do indivíduo, de uma identidade”.

Entretanto, me parece que seria tanto adequado quanto produtivo abranger essa definição para incluir as narrativas *disciplinares* de qualquer área de estudo. Assim, as narrativas conceituais podem ser definidas, de modo geral, como as histórias e explicações que os estudiosos de qualquer campo de estudo elaboram para si mesmos e para os outros sobre o seu objeto de pesquisa. Algumas dessas histórias ou narrativas conceituais podem ter um impacto considerável no mundo em geral, enquanto outras permanecem limitadas ao escopo da comunidade imediata de estudiosos das áreas em que elas são relevantes.

Um bom exemplo de uma narrativa conceitual que exerceu uma influência considerável para além das fronteiras disciplinares é o da *História da Índia Britânica* de James Mill, publicada em 1817. Como explica Niranjana (1990), essa *História* se baseia nas traduções de William Jones, Wilkins, Halhed e outros para construir uma imagem de indianos (tanto hindus quanto mulçumanos) como sendo desonestos e mentirosos. “Ao longo do livro”, Niranjana nos conta, “Mill faz inúmeras associações entre o nome ‘hindus’ e os adjetivos ‘selvagens’, ‘barbáricos’, ‘violentos’ e ‘rudes’, produzindo, assim, na pura força da repetição, um contradiscurso à hipótese orientalista de uma civilização ancestral” (NIRANJANA, 1990, p. 776). Niranjana, então, cita o indologista alemão Max Mueller, que afirma que o livro de Mill “foi responsável por algumas das maiores desgraças que já aconteceram com a Índia” (NIRANJANA, 1990, p. 779). Esse, então, é um bom exemplo de uma narrativa conceitual ou disciplinar que conseguiu se infiltrar no espaço público e influenciar as narrativas públicas durante um período específico da história.

Exemplos de narrativas conceituais mais recentes — e igualmente danosas — que causaram um impacto considerável além das fronteiras disciplinares incluem as obras *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (1996), de Samuel Huntington [publicadas no Brasil como *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*] e *The Arab Mind* (1973), de Raphael Patai. Samuel Huntington, cientista político da Universidade de Harvard, classificou as civilizações mundiais em grupos distintos⁵ com características culturais “inerentes” (a maioria contrária aos “bons” valores americanos) e previu que a cultura iria substituir a ideologia como motivo principal de conflito no século XXI⁶. Em outro livro, *Who Are We? The Challenges to America's National Identity* (2004),

⁵ Ocidental, ortodoxos orientais, latino-americanos, islâmicos, japoneses, chineses, hindus e africanos.

⁶ O livro de Huntington de 1996 e um artigo seu anterior na revista *Foreign Affairs* (1993) têm sido exaustivamente revistos. Para uma análise particularmente interessante das limitações da narrativa de Huntington, ver Said (2001), para quem “A Guerra dos Mundos” serve mais para ratificar o orgulho próprio defensivo do que para promover entendimento crítico da interdependência sinuosa de nossos tempos.

Huntington observa a sociedade americana sob a mesma luz do neoconservadorismo cultural e elabora uma narrativa de choque interno de civilizações, argumentando que a nova guerra é entre a população (majoritariamente) branca do país e sua crescente população hispânica. *O choque das civilizações* de Huntington serviu de referência para o governo de George Bush, e as narrativas que surgiram da obra têm sido diretamente ligadas às narrativas públicas oficiais do 11 de setembro e as guerras no Afeganistão e no Iraque⁷.

Raphael Patai, falecido em 1996, foi um renomado antropólogo cultural e diretor de pesquisa no Instituto Theodor Herzl, em Nova York⁸. Após o escândalo da tortura de Abu Ghraib em abril e maio de 2004, Seymour Hersh, da revista *The New Yorker*, descreveu *The Arab Mind* como “a bíblia dos neoconservadores sobre o comportamento árabe. Nas discussões [dos neoconservadores] [...] dois temas surgem [...] primeiro, que os árabes só entendem a força e, segundo, que a maior fraqueza para os árabes é a vergonha e a humilhação”⁹. Outro artigo, do jornal inglês *The Guardian*, noticiou que um professor numa faculdade militar americana descreveu o livro de Patai como “possivelmente o livro mais popular e mais lido sobre árabes pelos militares americanos” e depois confirmou que é “até mesmo usado como livro didático para os oficiais da academia militar JFK Special Warfare Center”¹⁰. Uma vez mais, vemos que as narrativas elaboradas dentro dos limites da academia podem, e de fato conseguem, infiltrar-se nos discursos públicos, e podem, assim, sustentar, em longo prazo, as metanarrativas, o quarto tipo de narrativa proposto por Somers e Gibson.

Somers e Gibson (1994, p. 61) definem as metanarrativas (ou narrativas-mestre) como narrativas “em que estamos inseridos como atores contemporâneos na história... Nossas teorias e conceitos sociológicos estão codificados com aspectos dessas narrativas-mestre — Progresso,

⁷ Num artigo anterior sobre o mesmo tema publicado na famosa revista *Foreign Affairs*, em 1993, Huntington argumentou explicitamente que “nessa era emergente de conflitos culturais, os Estados Unidos precisam formar alianças com culturas parecidas e espalhar seus valores o máximo possível. Com civilizações *exóticas*, o Ocidente precisa ser o mais receptivo possível, mas *combativo* se necessário. Ver <http://www.foreignaffairs.org/19930601faessay5188/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations.html>; grifo da autora.

⁸ Curiosamente, do nosso ponto de vista de pesquisadores de Estudos da Tradução, Patai também era um tradutor, assim como a maioria dos antropólogos culturais. Um de seus livros, *Arab Folktales from Palestine and Israel* (1988), conta com 28 contos da região da Palestina e de Israel traduzidos por ele. Uma resenha descreveu entusiasticamente a obra como sendo “uma interpretação meticulosa dos contos populares para suas expressões equivalentes em inglês, conseguindo oferecer o significado exuberante presente no texto árabe”. Ver <http://wsupress.wayne.edu/judaica/folklore/pataiafpi.htm>.

⁹ Seymour Hersh, “The Gray Zone”, *The New Yorker*, 15 de maio de 2004. Para uma réplica interessante feita pelas filhas de Patai, ver “Misreading the Arab Mind”. Elas argumentam que “a pesquisa acadêmica pode ser usada ou abusada de maneiras que o autor nunca pretendeu que fosse e que nunca teria concordado”. Isso é verdade para todas as narrativas, mas, principalmente, para as narrativas conceituais.

¹⁰ “Seria melhor utilizada como peso de porta”, Brian Whitaker, *The Guardian*, 24 de maio de 2004.

Decadência, Industrialização, Iluminismo, etc.”. Um candidato óbvio para uma metanarrativa ou narrativa-mestre mais recente é a narrativa pública da “Guerra ao Terror”, que é agressivamente sustentada e promovida por meio de inúmeros canais pelo mundo todo, adquirindo rapidamente, assim, o status de uma supernarrativa que atravessa fronteiras nacionais e geográficas e impacta diretamente a vida de cada um de nós, em todos os setores da sociedade. A escolha de falar de *terror* em vez de *terrorismo* é significativa¹¹ e oferece um bom exemplo de trabalho discursivo necessário para a circulação e adoção bem sucedida de narrativas. “Terrorismo” se refere a um ou mais incidentes que envolvem violência, e, assim, transmite um sentimento localizado específico. “Terror”, por outro lado, é um estado da mente, um sentimento, que pode se espalhar como fogo através de todos os tipos de fronteiras e engloba tudo em sua volta. Uma narrativa precisa ter esse tipo de alcance físico e temporal, além de um senso de inevitabilidade sem escapatória para se qualificar como metanarrativa ou narrativa-mestre. *Terror* engloba esses aspectos muito melhor do que *terrorismo*.

3 Característica das narrativas

Somers e Gibson (1994) e Somers (1997) focam as quatro características determinantes das narrativas: relacionalidade, articulação causal, apropriação seletiva e temporalidade. Bruner (1991) também discute um conjunto mais amplo de características, com mais detalhes¹². Para os propósitos deste artigo, vou limitar a discussão para as características propostas por Somers e Gibson, adicionando a elas uma característica específica importante de Bruner, o *acréscimo narrativo*.

A *relacionalidade* implica que é impossível fazer sentido a um evento isolado e que, para que um evento possa ser “interpretado”, ele precisa ser concebido como um episódio, uma parte de uma configuração maior de eventos: “a narratividade exige que diferenciemos o significado de qualquer acontecimento isolado apenas na relação temporal e espacial com outros acontecimentos” (SOMERS, 1997, p. 82), e “[o evento] é compreendido apenas pela conexão (embora instável) das partes a uma configuração construída ou uma rede social (embora incoerente ou irrealizável) composta de práticas simbólicas, institucionais e materiais”

¹¹ Sou grata a Maria Pavesi, da Universidade de Pavia, na Itália, por chamar a minha atenção para essa distinção.

¹² São elas: diacronicidade narrativa; particularidade; vínculos de estados intencionais; composicionalidade hermenêutica; canonicidade e violação; referencialidade; genericidade; normatividade; sensibilidade de contexto e negociabilidade; e acréscimo narrativo.

(SOMERS; GIBSON, 1994, p. 59). Assim, por exemplo, como Clifford (1998, p. 689) aponta, na tradução de Maurice Leenhardt¹³ da Bíblia para o houailou (uma língua melanésia) “não poderia haver uma simples importação de uma divindade ocidental para um panorama religioso melanésio”. A relacionalidade das narrativas não pode permitir importações tão diretas de “partes” de outras narrativas. Outro antropólogo, Godfrey Lienhardt (1956/1967, p. 97), considera que “descrever para outros como membros de uma tribo remota pensam” é “um problema de tradução” e insiste que “a ideia de uma sociedade primitiva¹⁴ começa a perder parte do sentido que ela parece ter quando tentamos encaixá-la em nossa língua e categorias, sem modificá-las”. Se fosse possível isolar partes de uma narrativa e interpretá-las sem referência a uma configuração já construída e se fosse possível interpretar outras narrativas sem que simultaneamente as acomodássemos a nossas próprias narrativas e vice-versa, a tradução e a etnografia seriam, de fato, práticas mais fáceis e menos complicadas. Mas, sendo a narratividade o que ela é, o tradutor e etnógrafo têm que reconstruir narrativas tecendo em conjunto configurações relativamente ou consideravelmente novas em cada ato de tradução.

Enquanto a relacionalidade significa que todo acontecimento precisa ser interpretado dentro de uma configuração maior de acontecimentos, a *articulação causal* “dá sentido a casos isolados e ignora sua ordem cronológica ou categórica” (SOMERS, 1997, p. 82). É a articulação causal que nos permite fazer sentido *moral* dos acontecimentos, porque ela possibilita explicar o *porquê* de as coisas terem acontecido do jeito que determinada narrativa sugere que elas tenham. Assim, duas pessoas podem concordar sobre um conjunto de “fatos” ou acontecimentos independentes, mas discordar fortemente sobre como interpretá-los em relação um ao outro. Por exemplo, muitas pessoas aceitam que Israel está ocupando a terra palestina; que Israel está realizando assassinatos a alvos específicos; que homens-bomba palestinos estão matando cidadãos israelenses (além dos soldados), etc. Mas, em algumas narrativas, os assassinatos realizados pelos israelitas são uma resposta ao terror palestino; em outras, os ataques suicidas palestinos são resultados desesperados e inevitáveis causados pelo terror

¹³ Maurice Leenhardt (1878-1954) foi um missionário protestante francês e antropólogo que fez trabalho de campo com os Canacos da Nova Caledônia, na Melanésia, entre 1902 e 1926, e se envolveu apaixonadamente na defesa de seus direitos.

¹⁴ Apesar do vocabulário pesado que fazia parte da narrativa da Antropologia na época, Leenhardt (1956/1967, p. 95), argumenta que “qualquer noção histórica... nos lembra que são alguns dos nossos próprios hábitos de pensamento que são, de fato, incomuns e recém-formados”, e que é possível buscar de mais de uma forma “uma representação satisfatória da realidade, que o raciocínio não é a única forma de pensar, que existe um lugar para o pensamento meditativo e imaginativo.

israelita. A articulação causal, assim, permite-nos utilizar o mesmo conjunto de eventos e articulá-los em histórias “morais” muito diferentes.

Por fim, a articulação também claramente significa que a construção de uma narrativa só pode ocorrer por uma *apropriação seletiva* de um conjunto de acontecimentos ou elementos da vasta gama de eventos em aberto e sobrepostos que constituem a experiência. Dessa forma, para elaborar uma narrativa coerente, é inevitável que alguns elementos da experiência sejam excluídos e outros sejam priorizados. As narrativas públicas promovidas por instituições poderosas — como o Estado ou a mídia — não apenas destacam esses elementos por apropriação seletiva, como também os forçam na nossa consciência por meio da exposição repetitiva. Isso leva a o que Bruner (1991, p. 18) descreve como *acréscimo narrativo*, o processo de exposição repetitiva a uma narrativa ou conjunto de narrativas que leva à formação de uma cultura, tradição ou história. Bruner apresenta o exemplo do sistema jurídico, explicando que “na medida em que ‘casos’ são narrativas, o sistema legal impõe um processo ordenado de acréscimo narrativo” (Ibid.). Por fim, é o acréscimo narrativo que possibilita a difusão das metanarrativas ou narrativas-mestre de progresso, iluminismo, terrorismo, democracia ocidental, etc.

É evidente que as narrativas não seriam capazes de atravessar barreiras linguísticas e culturais, tampouco crescer e se desenvolver para metanarrativas globais sem o envolvimento direto de tradutores e intérpretes. A seguir, gostaria de usar essa introdução teórica como pano de fundo para chamar a atenção para um exemplo da forma como nossas próprias narrativas conceituais nos Estudos da Tradução parecem estar em conflito com a teoria narrativa que expliquei acima e com registros do envolvimento de tradutores e intérpretes em variadas narrativas globais conflitantes.

4 Narrativas nos Estudos da Tradução

Atualmente, nos Estudos da Tradução, temos uma narrativa-mestre difundida do tradutor como um mediador honesto, e a tradução sendo repetidamente retratada como uma força do bem, um meio para permitir que o diálogo aconteça entre diferentes culturas e, logo (seguindo essa lógica), para melhorar a habilidade dos membros dessas diferentes culturas de entender uns aos outros. Assim, a comunicação, o diálogo, o entendimento e, claro, o conhecimento, são presumidos como “bons” num sentido moral, o que acarreta — de forma não problemática — a justiça, a paz, a tolerância e o progresso.

Como é o caso com as narrativas no geral, várias metáforas interessantes apoiam essa narrativa da tradução (ou dos tradutores) como uma força do bem. Elas são muito numerosas e difundidas para serem todas abordadas em detalhe aqui. Para os propósitos deste artigo, irei mencionar apenas a metáfora da tradução como uma ponte, e o tradutor como um construtor de pontes, coisa que sempre entendemos como algo positivo. Ninguém questiona se as pontes são sempre construídas pelas razões (moralmente) “corretas” ou o fato de que, assim como elas permitem que as atravessemos e façamos um contato positivo com uma cultura diferente, elas também permitem que tropas invasoras atravessem e matem, machuquem e destruam populações inteiras. O caso da tradução ser um meio de “possibilitar a comunicação” é parecido. Um programa sobre o Iraque transmitido na TV britânica em outubro de 2003 mostrou um cidadão iraquiano machucado, com um oficial do exército americano ao seu lado, falando com ele por meio de um intérprete. O intérprete estava, de fato, “possibilitando a comunicação” entre os dois lados, mas, considerando que o oficial americano estava explicando ao iraquiano machucado que ele tinha duas opções — cooperar com o exército americano e viver ou não cooperar e ser deixado para morrer — é difícil ver como esse papel “possibilitador” pode ser conciliado com a narrativa da tradução “do bem”, construtora de pontes.

O tipo de discurso que destaca tradutores como “possibilitadores” da comunicação e do diálogo é permeado por um pressuposto de que um “mal-entendido” seria acidental e completamente separado de agendas políticas e econômicas. Essa narrativa, eu diria, oculta os problemas reais nas situações de conflito e o papel complexo que os tradutores precisam cumprir nessas situações. Ela ainda ignora o “mal-entendido” deliberado e o frequente uso da tradução para promover narrativas que muitos tradutores que consideram a tradução como uma força do bem nunca aprovariam. Aqui vai um exemplo.

Em 12 de agosto de 2002, Brian Whitaker publicou uma matéria no jornal *The Guardian* com o título “Selective Memri”:

Já faz algum tempo que venho recebendo presentinhos de uma generosa instituição americana. Os presentes são traduções de alta qualidade de artigos de jornais árabes que o instituto me manda algumas vezes por semana por e-mail, sem cobrar nada. [...] Os e-mails também são enviados para políticos e acadêmicos, assim como para vários outros jornalistas. As histórias nesses artigos geralmente são interessantes. [...] Sempre que recebo um e-mail dessa instituição, vários dos meus colegas do *The Guardian* também recebem, e frequentemente encaminham suas cópias para mim — às vezes com um comentário sugerindo que gostarei da história e que talvez possa escrever algo sobre ela. (WHITAKER, 2002, s. p.).

Essa instituição sobre a qual Whitaker nos alerta foi organizada por um antigo membro

do serviço secreto de Israel. E, como Whitaker aponta, “as histórias escolhidas pelo MEMRI para tradução seguem um padrão similar: ou elas refletem negativamente o caráter dos árabes, ou elas, de alguma forma, promovem a agenda política de Israel”. O próprio site do MEMRI (<http://memri.org/aboutus.html>) descreve a organização da seguinte forma — curiosamente, fazendo uso explícito da metáfora da ponte:

O Middle East Media Research Institute (MEMRI) explora o Oriente Médio pela mídia local. O MEMRI faz a ponte entre a língua do Ocidente e do Oriente Médio ao fornecer traduções pertinentes da mídia árabe, persa, e hebraica, assim como uma análise original das tendências políticas, ideológicas, intelectuais, sociais, culturais e religiosas no Oriente Médio. Fundado em fevereiro de 1998 com a finalidade de fornecer informações sobre o debate das políticas americanas no Oriente Médio, o MEMRI é uma organização independente, apartidária e sem fins lucrativos. A sede do MEMRI está localizada em Washington, DC, com filiais em Berlim, Londres, e Jerusalém, onde o MEMRI conta também com seu Centro de Mídia. A pesquisa do MEMRI é traduzida para o inglês, o alemão, o hebraico, o italiano, o francês, o espanhol, o turco e o russo¹⁵.

As reportagens sobre o trabalho da organização, citadas com orgulho pelo MEMRI em seu *site*, confirmam a análise de Whitaker sobre o tipo de narrativa que as traduções do MEMRI buscam promover. Aqui estão alguns exemplos:

MEMRI, o grupo indispensável que traduz os delírios da imprensa saudita e egípcia... *Weekly Standard*, 28 de abril de 2003.
www.memri.org - O que eles fazem é muito simples, sem comentário, sem nada mais. Eles traduzem o que os sauditas dizem nas mesquitas, nos jornais, nos pronunciamentos do governo, na imprensa. *BBC*, 1 de outubro de 2002.

Eis, então, um programa totalmente voltado para a demonização de um grupo específico que depende quase inteiramente da tradução. De fato, ao refutar o ataque de Whitaker no dia seguinte, o fundador do MEMRI disse: “Monitorar a mídia árabe requer muito trabalho para uma pessoa só. Temos um time de 20 tradutores fazendo isso”. Talvez essas traduções possibilitem a comunicação e a construção de pontes, mas as narrativas que elas ajudam a construir, dependendo de características das narrativas como a apropriação seletiva e a articulação causal, estão longe de serem inocentes e, ao meu ver, certamente não promovem a paz e a justiça¹⁶.

¹⁵ Mas curiosamente, claro, não para o árabe.

¹⁶ No mesmo artigo, Brian Whitaker (2002) propõe que os árabes também deveriam usar a tradução para lutar contra agendas demonizantes desse tipo:

No que tange às relações entre o ocidente e o mundo árabe, a língua é uma barreira que perpetua a ignorância e pode facilmente levar a mal-entendidos. [...] Só é preciso de um grupo pequeno, mas ativo de israelitas para se aproveitar dessa barreira para

Voltando às nossas narrativas profissionais e acadêmicas, não há dúvidas que a valorização acrítica de tradutores, da tradução, e até dos Estudos da Tradução como disciplina se infiltra nos nossos discursos acadêmicos e profissionais. Os tradutores são tidos, nos nossos discursos disciplinares, como mediadores honestos e desapegados que operam, em grande parte, situados nos “entre-lugares”. A metáfora espacial do “entre-lugar” está sendo particularmente difundida em trabalhos recentes nos Estudos da Tradução e está completamente em desacordo com a teoria narrativa detalhada aqui¹⁷. Ela situa os tradutores automaticamente em grupos “culturais” estáticos e discretos baseados em afiliações nacionais, religiosas ou de gênero, por exemplo, ou numa terra de ninguém idealizada que está entre dois grupos distintos desse tipo. Assim, a ideia de intercultura é usada para criar um espaço neutro para os tradutores agirem como mediadores honestos que não estão subscritos a nenhuma cultura e que podem transcender qualquer afiliação política ou cultura, pelo menos enquanto estão envolvidos na tão romantizada tarefa de traduzir. Como Tymoczko (2003, p. 199) argumenta, de forma convincente:

Em vez de promover a ideia do tradutor como alguém inserido e comprometido com estruturas e agendas sociais e culturais específicas, por mais amplas que sejam, o discurso da tradução como um espaço entre corpos incorpora uma noção bastante romântica e elitista do tradutor como poeta. Se o lugar de enunciação do tradutor é um espaço fora de ambas culturas (fonte e de chegada), o tradutor se torna uma figura como os poetas românticos, alienados de alianças com quaisquer culturas, isolados pela genialidade.

Por fim, eu diria que, ao romantizar excessivamente o papel da tradução e dos tradutores como promotores da paz e da comunicação, nós os excluimos da história, das narrativas que necessariamente moldam sua visão da vida, e, ao fazê-lo, corremos o risco de intensificar seus pontos cegos e incentivá-los a se tornarem complacentes com a natureza de suas intervenções, e menos conscientes do dano em potencial que podem causar. Uma abordagem narrativa nos ajuda a compreender que o comportamento das outras pessoas é, no fim, guiado pelas histórias que eles acreditam sobre os acontecimentos em que elas estão inseridas, em vez de suas afiliações religiosas ou nacionais. Além disso, a teoria narrativa não permite “entre-lugares”:

benefício próprio e começar a mudar as percepções ocidentais dos árabes para a pior. [...] Não é difícil ver o que os árabes podem fazer para revidar. Um grupo de companhias de mídia árabes poderia se juntar e publicar traduções de artigos que refletem de forma mais precisa o conteúdo de seus jornais.

Mais ou menos um ano depois, uma organização chamada Arabs Against Discrimination (Árabes Contra Discriminação) foi criada, quase em resposta direta à sugestão de Whitaker. Essa organização também depende amplamente da tradução para promover uma contranarrativa do que os árabes defendem, além de expor o racismo e a discriminação praticada pela sociedade israelita (ver<http://www.aad-online.org/>).

¹⁷ Ver especificamente, o trabalho de Anthony Pym (1998; 2000). Para uma boa visão geral e crítica, ver Tymoczko (2003).

ninguém, incluindo tradutores, pode ficar fora das ou entre narrativas. Logo, uma abordagem politicamente atenta ao papel da tradução e dos tradutores não os colocaria de fora ou entre culturas. Eu os colocaria no coração da interação, nas narrativas que moldam suas próprias vidas, assim como as vidas daqueles para quem eles traduzem ou interpretam.

Romantizar nosso papel e construir narrativas disciplinares em que aparecemos como profissionais moralmente superiores, justiceiros da paz, não é algo convincente nem produtivo. Em vez disso, precisamos reconhecer nossas próprias inserções em diferentes narrativas. Quer sejamos tradutores profissionais ou acadêmicos, não construímos pontes ou preenchemos lacunas. Nós participamos de formas muito decisivas na promoção e circulação de narrativas e discursos de vários tipos. Algumas promovem a paz, outras incentivam conflitos, subjagam populações e matam milhões. Quais discursos e narrativas seguem quais agendas morais ou imorais é, no fim, uma questão do lugar de nossa própria narrativa— em quais narrativas acreditamos, tanto individualmente quanto coletivamente. Nenhum de nós está imune a esse processo. Ninguém pode ficar do lado de fora de todas as narrativas, e não há uma perspectiva sequer sobre o mundo que não considere as narrativas. Ou, pelo menos, é o que diz essa narrativa.

REFERÊNCIAS

- BAKER, Mona. *Translation and Conflict: A Narrative Account*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2006.
- BLOMMAERT, Jan. *Discourse: A Critical Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BRUNER, Jerome. The Narrative Construction of Reality. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 18, n. 1, p. 1–21, 1991.
- CLIFFORD, James. The Translation of Cultures: Maurice Leenhardt's Evangelism, New Caledonia 1902-1926. In: CON DAVIS, Robert; SCHLEIFER, Ronald (eds.). *Literary Criticism: Literary and Cultural Studies*. 4. ed. New York: Longman, 1998. p. 680–694.
- GEORGAKOPOULOU, Alexandra. Narrative. In: VERSCHUEREN, Jef; ÖSTMAN, Jan-Ola; BLOMMAERT, Jan; BULCAEN, Chris (eds.). *Handbook of Pragmatics*. 1. ed. Amsterdam: Benjamins, 1997. p. 1–19.
- HUNTINGTON, Samuel. The Clash of Civilizations? *Foreign Affairs*, v. 72, n. 3, p. 22–49, 1993.

HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Touchstone, 1996.

HUNTINGTON, Samuel. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. New York: Simon & Schuster, 2004.

LIENHARDT, Godfrey. Modes of Thought. In: EVANS-PRITCHARD, Edward (ed.). *The Institutions of Primitive Society: A Series of Broadcast Talks*. Oxford: Blackwell, 1956/1967. p. 95-107.

MEMRI - About. Disponível em: <https://www.memri.org/about>. Acesso em: 21 fev. 2010.

MISHLER, Elliot. Models of Narrative Analysis: A Typology. *Journal of Narrative and Life History*, Washington v. 5, n. 2, p. 87-123, 1995.

NIRANJANA, Tesjawini. Translation, Colonialism and Rise of English. *Economic and Political Weekly*, New Delhi, v. 25, n. 15, p. 773-779, 1990.

PATAI, Raphael. *The Arab Mind*. New York: Charles Scribner's Sons, 1973.

PYM, Anthony. *Method in Translation History*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1998.

PYM, Anthony. *Negotiating the Frontier: Translators and Intercultures in Hispanic History*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2000.

SAID, Edward. The Clash of Ignorance. *The Nation*, v. 273, n. 12, p. 11-13, 2001.

SOMERS, Margaret. Deconstructing and Reconstructing Class Formation Theory: Narrativity, Relational Analysis, and Social Theory. In: HALL, John (ed.). *Reworking Class*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1997. p. 73-105.

SOMERS, Margaret; GIBSON, Gloria. Reclaiming the Epistemological 'Other': Narrative and the Social Constitution of Identity. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford, RU/Cambridge, EUA: Blackwell, 1994. p. 37-99.

TYMOCZKO, Maria. Ideology and the Position of the Translator: In What Sense is a Translator 'In Between?'. In: PEREZ, María (ed.). *Apropos of Ideology: Translation Studies on Ideology-ideologies in Translation Studies*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2003. p. 181-201.

WHITAKER, Brian. Selective MEMRI. *The Guardian*, Londres, 12 ago. 2002. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/elsewhere/journalist/story/0,7792,773258,00.htm>. Acesso em: 27 dez. 2005.

Tradução submetida em: 31 mar. 2023

Aceita em: 10 jun. 2023

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.131389>